



ARTIGOS FLUXO CONTÍNUO

EVOLUÇÃO DA MULTIDIMENSIONALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, COSTA RICA E BRASIL: PROPOSTA DE UM SISTEMA DE INDICADORES

Evolution of the multidimensionality of food and nutritional safety (SAN) in the Latin American countries Costa Rica and Brazil: proposal for a system of indicators

Shirley Rodríguez González¹

Xinia Elena Fernández Rojas²

Gabriela Coelho-de-Souza³

RESUMO

Considerando que a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é multidimensional e multiescalar, o objetivo deste artigo é analisar a evolução do conceito de SAN no nível internacional, tecendo um paralelo com a evolução do conceito nos países latino-americanos Costa Rica e Brasil, com a finalidade de embasar uma proposição de um sistema de indicadores em SAN para os níveis locais. A metodologia tem como base uma pesquisa documental e bibliográfica, com foco nas categorias de análise de sistemas de monitoramento, dimensões, pilares e indicadores. A proposta teórico-metodológica está baseada na multidimensionalidade, que surge da teoria sistêmica, reconhecendo os pilares de sustentação da SAN. Essa proposta contribui para a consolidação de pesquisas, nesta temática, nos países latino-americanos que permitiram a delimitação de um campo de conhecimento interdisciplinar na interface entre os campos sociais, econômicos, ecológicos e nutricionais.

¹ Professora da Escola de Nutrição da Universidade de Costa Rica, Coordenadora Seção de Nutrição Pública da Escola de Nutrição. Endereço eletrônico: shirley.rodriguez@ucr.ac.cr

² Professora da Escola de Nutrição da Universidade de Costa Rica, Coordenadora Programa Assessoria a Instituições Públicas da Escola de Nutrição. Endereço eletrônico: xinia.fernandezrojas@ucr.ac.cr

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Núcleo de Pesquisas em SAN - NESAN; Pesquisadora do DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica. Endereço eletrônico: gabrielacoelho2018@gmail.com

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Multidimensionalidade; Proposta analítica sistêmica; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Considering the conception of food and nutrition security (SAN) as multidimensional and multiscale, the objective of this article is to analyze the evolution of the concept of SAN at the international level, weaving a parallel with the evolution of the concept in Latin American countries, Costa Rica and Brazil, with the purpose of set up a proposal of a system of indicators in SAN at the local level. The methodology refers to a document and bibliography research, focusing on the categories of analysis for monitoring systems, dimensions, pillars and indicators. The theoretical-methodological proposal is based on the multidimensional approach, which arises from the systemic theory, thus, recognizing the pillars as the basis of the SAN. This proposal contributes to the consolidation of research in this field in Latin American countries allowing the delimitation of an interdisciplinary field of knowledge as the interface between social, economic, ecological and nutritional fields.

Key Words: Nutrition and food security. Multidimensionality. Systemic analytical proposal. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A construção de um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) comum aos países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido o centro de discussão desde o final da Primeira Guerra Mundial, quando se evidenciou que a segurança de um país dependia da produção e do estoque de alimentos (MALUF; MENESES; MARQUES, 2001). Para Maluf (2007), as diferentes abordagens surgidas desde então estão associadas aos contextos dos países e ao fato de a SAN tornar-se objeto de política pública. Outro aspecto de grande relevância é o envolvimento de organismos

internacionais, nacionais e regionais nessa construção.

A partir da construção de uma concepção conjunta no nível internacional sobre o conceito e as diretrizes da SAN, os países passaram a incorporá-los em suas legislações. O esforço dos organismos internacionais e nacionais resultou em uma concepção operacional da SAN que entende que ela se concretiza, na sociedade, por meio de ações no nível nacional. A partir dessas diretrizes, organismos internacionais passaram a assumir responsabilidades com a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), cobrando a implementação de medidas a partir do nível nacional. Na

América Latina, os países iniciaram o processo de construção de marcos legais para a SAN desde a década de 2000, e, na década de 2010, ainda estão em diferentes estágios de implementação (VIVERO, RAMÍREZ, 2009).

Considerando que a Costa Rica adota um conceito que reconhece pilares de sustentação da SAN com base em campos do conhecimento disciplinares e que o Brasil avançou para um conceito multidimensional com base na teoria sistêmica, é possível a construção de uma abordagem teórico-metodológica para os níveis comunitário e familiar que considere os pilares nacionais? Esses pilares podem ser articulados às dimensões propostas, permitindo uma compreensão profunda desses níveis nos quais a SAN acontece? Assim, qual é a contribuição dessas experiências para auxiliar no processo de construção de indicadores da SAN que considerem a sua complexidade?

A partir desses questionamentos, este artigo tem por objetivo analisar a evolução do conceito de SAN no nível internacional, tecendo um paralelo com a evolução do conceito em dois países latino-americanos e com a finalidade de embasar um arcabouço teórico-metodológico para os

estudos interdisciplinares de SAN, desenvolvendo um sistema de indicadores para os níveis comunitário e familiar. No nível nacional, evidencia-se a evolução dessa concepção na Costa Rica, país da América Central que não conta com um marco regulatório integrado de SAN, e no Brasil, país da América do Sul que implementou a Lei Orgânica de SAN em 2006.

A metodologia constou de uma análise documental e bibliográfica. Para tal, primeiramente, foram consultados documentos oficiais de organismos internacionais e dos governos do Brasil e da Costa Rica; em seguida, foram examinados artigos e obras científicas de autoria de especialistas nas áreas da SAN. Além disso, foram realizadas pesquisas na base de dados da Ebsco Information Services⁵, nas fontes de informação disponíveis na internet e nas bases de dados universais, como Redalyc, Scielo, Dialnet e Google Acadêmico. Essa apuração foi feita sem restrição de data de publicação, pois o objetivo foi buscar uma perspectiva histórica. A documentação foi classificada de acordo com as categorias de busca e, posteriormente, procedeu-se às análises das informações encontradas, procurando caracterizar a evolução da

⁵A EBSCO é fornecedora líder de bancos de dados de pesquisa, revistas eletrônicas, assinaturas de

revistas, *ebooks* e serviços de descoberta para bibliotecas acadêmicas e bibliotecas públicas.

construção da SAN como uma questão reconhecida no nível internacional e seus desdobramentos nos níveis nacionais e analisando a contribuição dessa trajetória com o campo científico da SAN que está sendo delimitado na interface entre sociologia, economia, agronomia, biologia, saúde e nutrição.

Este trabalho está dividido em cinco seções além desta. A primeira aborda a evolução internacional do conceito de SAN, desde seu surgimento até a atualidade, evidenciando como nos anos 1990 ele foi fortemente influenciado pela noção de

sustentabilidade; na segunda, aprofunda-se a noção de sustentabilidade e se discute como ela é transpassada para a realidade por meio da estratégia de desenvolvimento sustentável; na terceira, apresenta-se a evolução do conceito de SAN na Costa Rica e no Brasil. Na quarta seção, introduz-se uma proposta de um sistema de indicadores seguindo uma concepção analítica sistêmica para a abordagem da SAN nos níveis comunitário e familiar no espaço rural. Por fim, na última seção, apresentam-se as considerações finais.

2. EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM DA SAN NO NÍVEL INTERNACIONAL

As preocupações em torno da segurança alimentar remetem ao início do século XX, quando os países, após a I Guerra Mundial, perceberam que a provisão de alimentos estava associada à segurança nacional. Porém, foi somente na metade do século, depois da II Guerra Mundial, que essa preocupação se converteu em objeto de política pública (MALUF; REIS, 2013a; CONTI, 2009; MALUF, 2007).

Os conceitos básicos que subjazem às expressões de “segurança alimentar” e “segurança nutricional”, tal como são conhecidos atualmente, articulam-se na década de 1940, a partir da primeira pesquisa mundial da FAO (Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) sobre suficiência energética. Seu resultado evidenciou a insuficiência calórica da alimentação para grande parte da população (SIMON, 2012). Nesse contexto, o foco das ações das Nações Unidas voltou-se para a erradicação da miséria em relação à alimentação e à nutrição, e a questão da segurança alimentar voltou-se para o uso seguro, suficiente e adequado de alimentos (FAO, 2012a).

Ainda assim, a discussão da segurança alimentar, no contexto de pós-guerra, estava centrada no abastecimento de alimentos como garantia estratégica da autonomia nacional, tendo em vista que as

condições do pós-guerra, nos países europeus, ameaçavam a sobrevivência das populações, pondo em risco a própria capacidade dos governos de garantir a ordem social (MALUF; REIS, 2013a; CONTI, 2009; MALUF, 2007).

Em 1948, com a emergência dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a compreensão de segurança alimentar foi enriquecida com a noção de direito humano à alimentação. Contudo, apesar desse avanço legal, nos anos 1950 e 1960, as políticas alimentares e agrícolas seguiram centrando-se na produção e na comercialização dos alimentos básicos, perdendo-se o objetivo estabelecido de erradicação da pobreza. Esse enfoque na produção esteve associado à ideia de desenvolvimento nessa época, na qual se considerava teorias e princípios que viam o Estado como um dos atores impulsionadores da modernização (ALMEIDA, 2009). Era necessário, nessa perspectiva, gerar conhecimento científico que permitisse o aumento da produtividade e um aparato institucional internacional que apoiasse o processo – foi esse o contexto de criação da ONU e da FAO (LANG, BARLING, CARAHER, 2009). Segundo esses autores, essas organizações apoiaram a modernização da produção agrícola, que

aumentaria a oferta, reduziria custos e tornaria os alimentos acessíveis, favorecendo, assim, a saúde e o bem-estar das pessoas.

Essa concepção de desenvolvimento técnico e produtivo surgiu nos países ocidentais e foi tomada como modelo para conduzir os países em desenvolvimento. Com base nessa concepção, entendia-se o moderno como algo desejável por todos e considerava-se que somente um país desenvolvido tecnologicamente seria capaz de solucionar os problemas de fome e miséria que estavam associados ao atraso (ALMEIDA, 2009). Portanto, esse padrão de desenvolvimento foi adotado, nos diferentes países, sem a consideração das diferenças particulares de cada um deles, mas alcançando o objetivo proposto: o aumento da produção de alimentos e, portanto, da disponibilidade de alimentos. Contudo, essa estratégia não garantiu acesso aos alimentos, pois, no início da década de 1970, a fome persistia apesar da alta produtividade. Essa situação suscitou o questionamento acerca da eficácia desse enfoque produtivista (LANG, BARLING, CARAHER, 2009). Além disso, a elevação do valor do petróleo gerou aumento dos preços dos alimentos e escassez de itens básicos, o que demonstrava o risco dos sistemas alimentares.

Nesse contexto, em 1974, foi realizada a Cúpula de Alimentação, na qual se definiu, pela primeira vez, o conceito de segurança alimentar e se deu importância à estabilidade no abastecimento de alimentos. Além da preocupação com o mercado de alimentos, nessa cúpula, também se evidenciou a preocupação em garantir o acesso por parte de todos a uma dieta equilibrada, que proporcionasse os nutrientes essenciais a uma vida saudável e ativa (FAO, 2012a). Essa mudança de enfoque para o acesso baseia-se nos estudos de Amartya Sen que foram publicados nos anos 1980 (SEN, 1981) e nos quais a fome é exposta não como consequência da falta de alimentos, mas, sim, das desigualdades na sua distribuição. Dessa maneira, a FAO propôs o conceito relacionado com três objetivos específicos: suficiência do abastecimento de alimentos, estabilidade no abastecimento e nos mercados de alimentos e segurança do acesso aos abastecimentos (FAO, 2012a).

No final dos anos 1980, como produto das mudanças econômicas, políticas e sociais na América Latina, foi proposto o enfoque da multicausalidade da má nutrição, dando-se o passo necessário para a visualização da SAN como a estratégia para a abordagem da questão alimentar e nutricional dos países. Nos anos 1990, incorporou-se a concepção de

“Segurança Nutricional” na Conferência Internacional de Nutrição, em 1992, com base no fato de que as condições de saúde das pessoas influenciam o seu estado nutricional e vice-versa (ESTADO DE LA NACION, 2014). Assim, surgiu a necessidade da abordagem do enfoque de utilização, dando-se importância à necessidade da alimentação adequada e de qualidade concordante com suas práticas culturais. Nessa concepção, torna-se relevante, na região centro-americana, o Instituto de Nutrição de Centro América e Panamá (INCAP). Ao mesmo tempo, Maxwell e Smith (1992) reforçam a teoria de que o acesso aos alimentos suficientes e nutritivos é chave para a segurança alimentar, que passa a ser reconhecida como determinada pela estabilidade.

Segundo Prosperi et al. (2014), a associação da agricultura sustentável e a segurança alimentar começam a orientar as estratégias de desenvolvimento, e a segurança alimentar sustentável, a longo prazo, é adotada a partir do Relatório Brundtland, em 1987. A noção de sustentabilidade, dessa maneira, integra-se às estratégias de SAN no espaço territorial, procurando um melhor encaminhamento das questões relativas ao desenvolvimento (REIS, 2009). Para Prosperi et al. (2014), o referencial teórico que sustenta essa articulação baseia-se em Swaminathan

(1983) e Gussow e Clancy (1986). Em 1983, Swaminathan estabelece a necessidade de uma base ecológica para a segurança alimentar com a finalidade de proteger os sistemas de suporte básicos à vida (terra, água, flora e fauna). Disso, surge o conceito de segurança alimentar sustentável, que abrange tanto os aspectos nutricionais quanto os ambientais. Em concordância, Gussow e Clancy, em 1986, estabelecem o conceito de dietas sustentáveis para definir as dietas saudáveis aos seres humanos e ao meio ambiente.

Na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, foi emitida a Declaração de Roma pela Segurança Alimentar Mundial, que estabelecia um plano de ação prevendo a diminuição, pela metade, do número de pessoas passando fome até o ano de 2015. O documento resultante da Cúpula Mundial da Alimentação se transformou em um marco para as organizações de direitos humanos e um norte para a comunidade internacional. Esse documento indicava a necessidade e obrigação que todos os Estados têm em: “respeitar, proteger e realizar o direito” (FAO, 1996). Além disso, garantia que, quando um indivíduo ou grupo de pessoas fosse incapaz de alcançar uma alimentação adequada por razões fora de seu controle, o Estado assumiria a responsabilidade de fazer com que se cumprisse esse direito.

Como forma de compreender a operacionalização da SAN, foram definidos quatro pilares que contribuem para a sua consecução: a) disponibilidade de alimentos, b) acesso aos alimentos, c) utilização dos alimentos e d) estabilidade de alimentos (FAO, 1996).

A disponibilidade se refere à quantidade de alimentos, nos âmbitos nacional, regional ou local, com que se conta para consumo humano, de forma que exista um fornecimento suficiente de alimentos frente às necessidades da população. No acesso, considera-se tanto o acesso físico quanto o econômico ao alimento; sendo assim, o acesso se refere tanto aos alimentos quanto aos recursos a se que tem direito para adquirir alimentos apropriados para uma alimentação nutritiva. A utilização dos alimentos se refere ao uso dos nutrientes dos alimentos por parte das pessoas e depende, portanto, de uma alimentação adequada e inócua, do uso de água potável, de práticas de higiene e da atenção médica adequada e oportuna. A estabilidade, por outra parte, é entendida como acesso tanto físico quanto econômico a alimentos adequados em qualquer momento e situação vivenciada (FAO, 2006).

Além disso, na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, surgiu uma proposta alternativa sobre soberania

alimentar que procurou dar importância à autonomia alimentar dos países associada à geração de emprego e à menor dependência de importações e flutuações do mercado internacional (MALUF, 2000). Essa proposta começou a tomar mais corpo na década de 2000, depois de sua discussão e de seu amadurecimento por diversas organizações e instituições (FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001). O plano de ação pactuado nessa Cúpula se apropriou das perspectivas das Metas do Milênio e estabeleceu o objetivo de reduzir à metade o número de pessoas que passa fome no mundo. Entretanto, cinco anos depois, o cumprimento dessa meta teve poucos avanços (MALUF; REIS, 2013a).

A partir desses resultados, a temática orientou os esforços para a regulação do comércio internacional por meio de acordos internacionais no âmbito do antigo Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) e da atual Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo o resultado dessas negociações uma concepção de segurança alimentar limitada à constituição de estoques públicos (MALUF, 2000).

Ademais, foram realizadas novas Cúpulas Mundiais da Alimentação, em 2002 e 2009, que contribuíram para a divulgação do comprometimento dos

Estados com o direito humano à alimentação adequada. Esse processo de construção social e institucional reafirmou o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e o direito fundamental de toda pessoa a não padecer de fome. Também explicitou a necessidade da sustentabilidade na garantia da segurança alimentar, considerando-se, principalmente, as questões sociais e ambientais (PROSPERI et al., 2014).

Em 2010, realizou-se o Simpósio Científico Internacional “Biodiversidade e Dietas Sustentáveis: unidos contra a fome”, em Roma, organizado pela FAO e pela Biodiversidade Internacional. O simpósio alcançou um consenso na definição de “dietas sustentáveis” que se refere àquelas de baixo impacto ambiental, que contribuem para a SAN e para uma vida saudável, para as presentes e futuras gerações. Além disso, as dietas sustentáveis têm um efeito protetivo e respeitoso em relação à biodiversidade e aos ecossistemas e devem ser culturalmente aceitáveis, acessíveis, nutricionalmente adequadas, seguras, saudáveis e economicamente justas, ao mesmo tempo que otimizem recursos naturais e humanos (FAO, BIODIVERSITY INTERNATIONAL, 2012).

A definição de dietas sustentáveis pela comunidade internacional teve posterior desdobramento a partir de sua associação com a SAN. Esse avanço originou um conjunto de princípios para as “dietas sustentáveis”, a nutrição e a saúde humana, a aceitação cultural, a viabilidade econômica e a conservação da biodiversidade (PROSPERI et al., 2014) pautados na SAN e na sustentabilidade ao

longo de toda a cadeia alimentar. Nesse contexto, verifica-se uma transformação na concepção da questão da SAN, que passou a incluir a noção de sustentabilidade. A seguir, aprofunda-se a construção teórica a respeito dessa noção e a forma como ela começa a ser transladada para a sociedade mediante a noção de desenvolvimento sustentável.

3. SUSTENTABILIDADE: UMA NOÇÃO INTEGRADORA

Segundo Nascimento (2012), no campo científico, a noção de sustentabilidade tem duas origens: a primeira é nas ciências naturais, a partir da física e da ecologia, e a segunda, nas ciências econômicas, quando é adicionada como adjetivo ao desenvolvimento. No caso das ciências naturais, o enquadramento conceitual da sustentabilidade é baseado no conceito de sistema ecológico ou ecossistema. De acordo com Bertalanffy (1975), o aparecimento de modelos representando os aspectos de interação entre as variáveis da natureza revelou uma complexidade organizada que introduziu novas categorias de análise por meio de abordagens interdisciplinares. Diante das evidências das agressões antrópicas ou naturais devido às mudanças feitas pelo homem nos ecossistemas, surgiu o conceito

de sustentabilidade, que, segundo Ruscheinsky (2004), foi retomado pelos ecologistas modernos na segunda metade do século XX como uma ideia alternativa à noção de desenvolvimento da sociedade contemporânea em função do reconhecimento da insustentabilidade ambiental.

No caso da economia, a noção de sustentabilidade foi adotada a partir da vertente do ecodesenvolvimento na década de 1970. De acordo com Martins (2008), inicialmente, o ecodesenvolvimento foi introduzido nos debates da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Homem, em 1972, em Estocolmo, pelo secretário-geral Maurice Strong, e, posteriormente, foi retomado e formulado como conceito por Ignacy Sachs. Para o autor, o ecodesenvolvimento é “[...] um

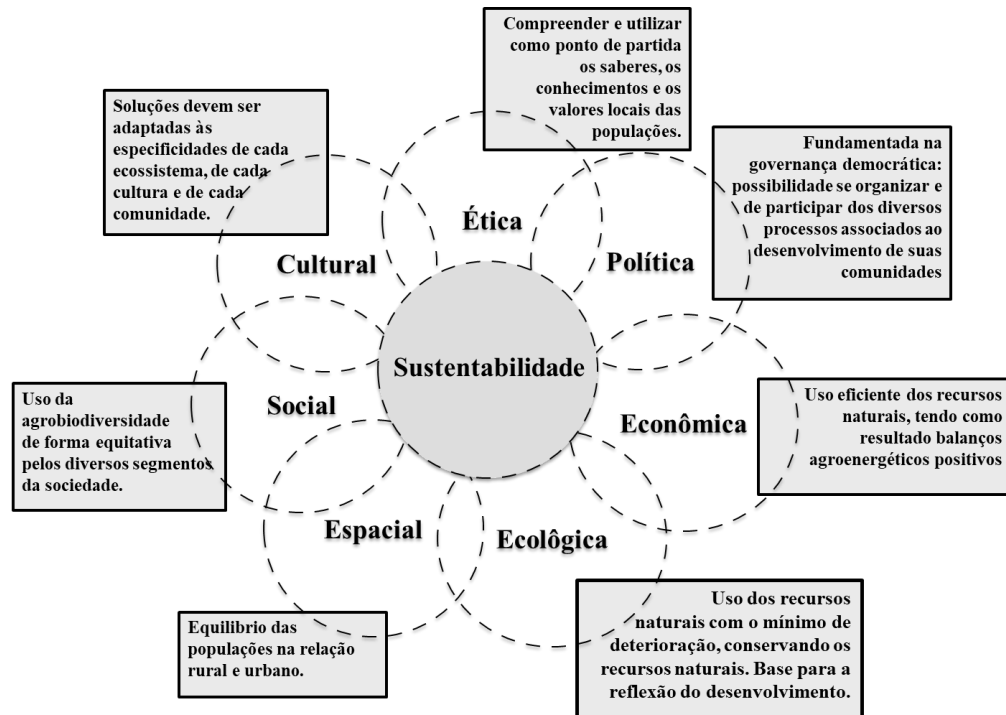
conceito que podemos definir como um desenvolvimento desejável desde o ponto de vista social, viável desde o ponto de vista econômico e prudente desde o ecológico” (SACHS, 1980, p. 719).

Na década de 1980, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que originou o Relatório Brundtland, em 1987, com o objetivo de propor uma agenda global de mudança (NASCIMENTO, 2012). O Relatório propôs a definição de desenvolvimento sustentável, a partir do conceito de ecodesenvolvimento, como “aquele que responde às necessidades do presente, de forma justa, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e a prosperidade das gerações futuras” (UNITED NATIONS, 1987). Além disso, esse relatório estabeleceu uma série de recomendações a serem adotadas pelos países e colocou a dimensão social como parte integral da questão ambiental, estabelecendo a necessidade de uma abordagem conjunta da pobreza, da igualdade e da degradação ambiental. O Relatório Brundtland foi o documento preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o

Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, e que estabeleceu declarações que passaram a orientar as ações globais e locais (SEVILLA, 2009).

A noção de sustentabilidade está principalmente associada a uma dimensão ambiental, em que as práticas de produção e consumo sejam harmônicas com os recursos naturais disponíveis. No entanto, para isso, segundo Sachs (1986) e Caporal e Costabeber (2004), devem ser consideradas as outras dimensões que estão associadas e que podem orientar a operacionalidade em sua execução. Dessa maneira, a concepção de sustentabilidade como uma estratégia de desenvolvimento passou a considerar cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial/geográfica, política e cultural (SACHS, 1986). Em um período posterior, com o seu surgimento, agroecologia passou a considerar seis dimensões para o alcance da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, política, cultural e ética (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Encontra-se similaridade entre as dimensões propostas pelas duas vertentes que incorporaram a noção de sustentabilidade (Figura 1).

Figura 1. Dimensões articuladas à noção de sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Sachs (1986), Caporal e Costabeber (2004).

A sustentabilidade se constitui no equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental, política, social e cultural, com base na concepção de que há uma relação de causalidade circular em que o que acontece em uma dimensão tem consequências em outras, pois os componentes de um sistema estão em constante interação e em contínuo movimento circular (COSTABEBER, MOYANO, 2000). Dessa maneira, a sustentabilidade é considerada uma abordagem integradora e seu conceito, ao difundir-se nos campos científico e político, configura-se como uma categoria que permite articular tanto o conhecimento

quanto as intervenções na sociedade (BRANDENBUG, FERREIRA, 2004).

Como evidenciado e reforçado, a questão da SAN, estabelecida no século XX na comunidade internacional, foi influenciada, ao longo de sua evolução, pelo conceito de desenvolvimento sustentável, passando a incorporar a sustentabilidade e a transgeracionalidade em seu escopo. Apresenta-se, a seguir, a evolução da abordagem da SAN em dois países latino-americanos com diferentes estágios de reconhecimento da temática em suas legislações.

4. ABORDAGEM DA SAN NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS COSTA RICA E BRASIL

A fim de analisar as abordagens da SAN na Costa Rica e no Brasil, faz-se necessário indicar as principais diferenças entre eles. A Costa Rica tem um território de 51.100 km², uma população de 4,3 milhões de habitantes, densidade populacional de 72,8 hab/km² e população rural de 27,2% (INEC, 2013). A população em condição de extrema pobreza é de 6,8% (INEC, 2014) e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014), o IDH é de 0,766.

Por sua parte, o Brasil tem uma extensão de território de 8.511.965 km², uma população de 190 milhões de habitantes, densidade demográfica de 22,9 hab/km² e população rural de 15,6% (IBGE, 2012). O Brasil apresenta 4,2% de população em extrema pobreza (IBGE, 2017) e seu IDH é de 0,755 (PNUD, 2014).

4.1 O caso da Costa Rica

Na Costa Rica, são desenvolvidas ações em alimentação e nutrição de forma setorial desde a metade do século XX. Essas ações são focadas na disponibilidade de alimentos, na alimentação complementar para populações em risco, na fortificação de alimentos e em sistemas de vigilância

nutricional. Também cabe destacar que foi impulsionada, pelas instituições estatais, a execução de diversos programas para combater a pobreza e apoiar grupos mais vulneráveis da sociedade desde a década de 1960. Essas ações estão amparadas em um conjunto de leis, decretos e regramentos que estabelecem as disposições nesse campo para os diversos atores envolvidos (ESTADO DE LA NACION, 2014). Contudo, foi a partir de 2000 que a Costa Rica iniciou a abordagem da problemática alimentar como estratégia de SAN a partir do contexto de INSAN e de subnutrição presente no país (INCAP-SEPAN, 2007). A partir desse ano, com o apoio do Instituto de Nutrição do Centro América e Panamá (INCAP), iniciou-se a aplicação de um modelo de SAN que tinha como plataforma de trabalho um processo participativo e intersetorial, aproveitando as estruturas e os recursos locais (OPS-INCAP, 2001).

Em 2007, o dito modelo se aplicava em 40 dos 81 municípios da Costa Rica, localizados em regiões prioritárias (INCAP-SEPAN, 2007), mas, na atualidade, há poucos municípios que contam com essa estrutura de gestão. Essa estratégia responde à política emanada por meio do Decreto Executivo nº. 31714 (COSTA

RICA, 2004), que dava autoridade à Secretaria da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (SEPAN) para estabelecer uma política integrada da SAN. O mecanismo de integração envolveu a) o Conselho Ministerial, b) o Conselho Técnico Intersetorial e c) os Conselhos Municipais de SAN (INCAP-SEPAN, 2007), sendo essas últimas instâncias de coordenação e integração no nível local em matéria de SAN. Esses conselhos estão formados pelos representantes da sociedade civil, de instituições públicas, governos locais e do setor privado, oferecendo o processo de gestão compartilhada da SAN (RODRIGUEZ; PEREIRA; COELHO-DE-SOUZA, 2014).

Dentro do plano governamental, em 2006, foi publicada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição 2006-2010, que propôs a promoção da SAN, no nível local, para combater a pobreza nos municípios (SEPAN, 2006). Em 2007, o Ministério de Saúde (MINISTERIO DE SALUD, 2008) adotou como conceito de SAN e seus pilares para orientar suas ações a definição estabelecida pelo Instituto de Nutrição de Centro América e Panamá:

O estado na qual todas as pessoas gozam, de forma oportuna e permanente, de acesso físico, econômico e social aos alimentos que necessitam em qualidade e quantidade, para seu adequado

consumo e utilização biológica, garantindo-lhes um estado de bem-estar que coadjuve ao desenvolvimento humano (INCAP, 1999, p. 10).

O INCAP estabelece quatro pilares que determinam a SAN: disponibilidade, acessibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos. Esses pilares se diferenciam em relação aos apontados pela FAO na incorporação do pilar consumo, que se refere aos alimentos que a família consome efetivamente, seja produzindo ou comprando seus alimentos. . As decisões sobre o que produzir ou comprar e o que se come estão determinadas por questões sociais, culturais, econômicas e ambientais. A outra diferença é que não estabelece a estabilidade como pilar separado, já que ela é considerada como uma condição indispensável para os outros pilares.

Por sua vez, o Ministério de Agricultura e Pecuária criou o Plano Nacional de Alimentos, reconhecendo o contexto global de crises na alimentação. Nesse Plano, foi proposta a produção com sustentabilidade e competitividade e a vinculação de agricultores que produziam em pequena escala, procurando-se, assim, um enfoque integral que minimizasse o risco alimentar entre a população mais vulnerável a partir da solidariedade (SEPSA, 2008).

Posteriormente, no marco do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2010-2015, aprovado pelo Conselho de Ministros de Saúde do Sistema de Integração Centro-americana, foi desenvolvida a Política Nacional de SAN como um compromisso desse plano (MINISTERIO DE SALUD, 2011). Diferentes setores da sociedade civil de nível nacional, regional e local envolvidas nesse campo participaram de sua elaboração, cuja finalidade pautou-se na articulação de ações necessárias que contribuam para a melhoria do estado nutricional da população (MINISTERIO DE SALUD, 2011). A política tem como princípio o direito à alimentação, à diversidade, à igualdade, à equidade de gênero e à coesão social (MINISTERIO DE SALUD, 2011) e, segundo o Ministerio de Salud (2011), operaria mediante estratégias e ações concretas, de modo que foi necessária a participação ativa da cidadania e que o Estado assegurasse a corresponsabilidade em sua execução.

Cabe destacar que foram criados órgãos e políticas públicas para atender aos desafios nessa matéria. No entanto, segundo o Estado de la Nación (2014), isso não tem acontecido nas melhores condições ou com os melhores instrumentos para sua implementação. No caso dos órgãos, tanto no nível central quanto no nível local, não

se encontram em pleno funcionamento. De acordo com o Estado de la Nación (2014), existe desarticulação entre as políticas, baixos níveis de coordenação e colaboração entre as instituições responsáveis pelo seu desenho e execução, além de um peso significativo do Ministério de Saúde e do Ministério de Agricultura e Pecuária, o que faz com que elas se formulem a partir das planificações destas instituições, não respondendo a um enfoque integral.

Além das estratégias políticas, têm sido realizadas algumas iniciativas por parte da sociedade civil, de instituições e organizações não governamentais pela formulação e aprovação de leis, regulamentos e normativas relacionadas à SAN, mas elas não têm sido acolhidas por parte do poder legislativo, entidade encarregada de sua aprovação. Portanto, falta um marco legal que ampare a política em SAN.

4.2 O caso do Brasil

De acordo com Belik (2012), a concepção de SAN passa a permear as políticas públicas brasileiras na década de 1980. No entanto, desde o início do século XX, já eram realizadas ações que incluíam diversos aspectos, como a política agrícola, sistemas de abastecimento, controle de preços e distribuição de alimentos,

principalmente, em uma perspectiva de oferta alimentar. Porém, a partir de 1985, foi criada a Política Nacional de Segurança Alimentar com o objetivo de atender às necessidades alimentares da população e alcançar uma autossuficiência nacional. Além das estratégias vinculadas ao processo agrícola, desenvolveu-se uma série de ações na área de alimentação e nutrição. Em 1976, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, no âmbito de Ministério de Saúde, com o objetivo de administrar os Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição orientados ao público com maior deficiência alimentar. Em 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde, na qual se defendeu a saúde como um direito de todos e se solicitou uma série de ações do Estado para fazer valer esse direito. Nesse contexto, desenvolveu-se a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que consagrou a tese da alimentação como um direito de todos (BURLANDY; MATTOS, 2012). Essa conferência “contribuiu para ampliar a noção de SAN para além do âmbito exclusivo da produção e disponibilidade de alimentos” (BURLANDY; MATTOS, 2012, p. 22).

Em 1996, as intervenções realizadas assumem outra dimensão e outros objetivos a partir do compromisso assumido pelo

Brasil na Cúpula Mundial da Alimentação (BELIK, 2012). Assim, no ano de 2003, foi lançado o Programa Fome Zero, como proposta de Política de SAN resultante de um trabalho coletivo de técnicos, com o apoio de empresas, organizações e da sociedade civil. Esse programa surge e é executado por meio de processos de gestão compartilhada (RODRIGUEZ; PEREIRA; COELHO-DE-SOUZA, 2014), representando um avanço em relação às ações isoladas de combate à fome que se encontravam dispersas. Conseguiu-se, pela primeira vez, reunir todas as dimensões previstas pela SAN em um plano de ação articulado (BELIK, 2012). Ao mesmo tempo, retoma-se e reafirma-se a centralidade do Conselho Nacional de SAN (CONSEA) na política da SAN.

Em 2006, foi criado o Sistema Nacional de SAN (SISAN), um órgão formulador e implementador de políticas, planos, programas e ações com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006). Além disso, a lei passa a definir a SAN como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

Essa definição, segundo Maluf e Reis (2013a), coloca a SAN como um objetivo público, o que permite a formulação de opções de desenvolvimento de um país. Para esses autores, destacam-se três aspectos dessa definição:

[...] a SAN se constitui na materialização de um direito que postula o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; a promoção da SAN não deve comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais à existência humana; e a promoção da SAN significa também a promoção da saúde, do respeito à diversidade cultural e da sustentabilidade econômica e ambiental (MALUF; REIS, 2013a, p. 17).

Leão e Maluf (2012), a partir de sua experiência no CONSEA, estabelecem que as políticas públicas em SAN devem estar subordinadas ao direito humano, à alimentação adequada e à soberania alimentar. Para esses autores, a vinculação do direito humano à alimentação e da soberania alimentar a estratégias intersetoriais com a participação social é o que diferencia o enfoque utilizado, no Brasil, dos usos correntes da segurança alimentar por muitos governos, organismos internacionais e representantes empresariais.

O esforço em colocar o direito humano à alimentação como eixo norteador

da SAN confluiu para a instituição de um Sistema Nacional de SAN, previsto na Lei Orgânica da SAN em 2006, e, além disso, determinou a formulação de uma Política Nacional de SAN com a finalidade de assegurar esse direito. No ano de 2010, foi criada a emenda constitucional que incluiu a alimentação aos direitos sociais na Constituição Federal (BRASIL, 2010). Esses avanços legais foram alcançados graças ao trabalho do CONSEA, com ampla participação de representantes das instituições do governo e da sociedade civil.

As ações de SAN iniciaram com um processo de fortalecimento e criação de políticas públicas que se mostravam efetivas para melhorar as condições sociais e de alimentação dos grupos sociais mais vulneráveis. Além disso, gerou-se um processo de institucionalização dessa política por meio de mecanismos de participação social (CISAN, 2011). Os programas desenvolvidos como parte dessa política deram importantes insumos para orientar as ações futuras. Em relação ao processo de sustentabilidade ambiental, Leão e Maluf (2012) manifestam que o Brasil carece de uma política de abastecimento com papel ativo do Estado, articulando, de forma descentralizada, a ampliação do acesso à alimentação adequada e saudável com a promoção da produção familiar de base agroecológica.

Foi a partir da validação das ações do Programa Fome Zero que surgiu, em 2010, a Política Nacional de SAN, a qual estabeleceu as diretrizes que foram a base para o Plano Nacional de SAN de 2012-2015. Posteriormente, foi implementado o Plano de SAN 2016-2019 (CISAN, 2016).

4.3 Implementação da questão da SAN na Costa Rica e no Brasil

Os países latino-americanos Costa Rica e Brasil estão em diferentes momentos na implantação da SAN em suas legislações. O Quadro 1 evidencia que a Costa Rica tem assumido a definição de SAN do INCAP de 2008 como parte das ações do Ministério de Saúde, que é o gestor em alimentação e nutrição. O conceito adotado pelo país destaca com ênfase os pilares da SAN, mas não o reconhece como um conceito multidimensional.

A Costa Rica não adotou expressamente, até o momento, o direito

humano à alimentação adequada em sua Constituição Política (1949), mas esse direito está presente no artigo 50, em que se estabelece como princípio fundamental a obrigação do Estado de prover o bem-estar a todos os habitantes. Além disso, a Costa Rica vem reconhecendo, constitucionalmente, os tratados internacionais e regionais em relação a esse direito.

Por sua parte, o Brasil reconheceu o direito humano à alimentação adequada no nível constitucional e construiu uma definição de SAN a partir de um processo de discussão envolvendo diversos setores da sociedade que resultou em uma concepção multidimensional. Além disso, criou uma lei em SAN de incumbência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para articular e executar sua implementação, envolvendo a intersectorialidade entre ministérios.

Quadro 1. Concepção e as características de implementação da SAN na Costa Rica e no Brasil

País	Direito humano à alimentação adequada	Conceito de SAN	Origem	Marco legal	Estrutura governamental	Concepção
Costa Rica	Não está expressamente na constituição política, mas o art. 50 o ampara. Reconhecimento em nível constitucional dos tratados internacionais: DUDH (1948), PIDEESC (1966) e PSS (1988).	O estado na qual todas as pessoas gozam, em forma oportuna e permanente, de acesso físico, econômico e social aos alimentos de que necessitam em qualidade e quantidade, para seu adequado consumo e utilização biológica, garantindo-lhes um estado de bem-estar que coadjuve ao desenvolvimento humano.	INCAP	Ministerio de Salud (2008)⁶	Ministério da Saúde Programas Intersetoriais	Pilares: disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica.
Brasil	Emenda Constitucional 64 (2010)	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.	Movimentos da sociedade civil	Brasil (LOSAN) (2006)	Ministério do Desenvolvimento Social Programas Intersetoriais	Promoção da saúde; diversidade cultural; sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade cultural/social.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Brasil (2006) e Ministerio de Salud (2008).

A partir dos avanços na concepção da SAN nos níveis internacional e nacional e de sua implementação nos países latino-americanos analisados, propõe-se, no seguinte capítulo, uma concepção analítica

para o estudo da SAN nos níveis familiar e comunitário que contribui para a construção de um arcabouço teórico-metodológico interdisciplinar.

⁶ Cabe destacar que essa definição é estabelecida dentro do “modelo conceitual e estratégico da gestão da produção social da saúde” do Ministério de Saúde, e não dentro de um marco legal. O único marco legal de que se dispõe atualmente é aquele que estabelece uma institucionalidade para a gestão das ações em alimentação e nutrição.

5. CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES PARA ANÁLISE DA SAN PARA OS ESTUDOS NOS NÍVEIS FAMILIAR E COMUNITÁRIO NO ESPAÇO RURAL

As discussões em torno da questão da SAN, que ocorrem na interface entre as dimensões social e política, têm levado ao amadurecimento desse conceito, levando à seleção de fatores já considerados relevantes, como a disponibilidade, o acesso e a estabilidade (VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012), e incorporando, posteriormente, a inocuidade, a utilização biológica, as práticas culturais, bem como o conceito de sustentabilidade. Nesse sentido, Reis (2009) estabelece que a agenda da SAN tem alguns objetivos consensuais, como a eliminação da fome e da desnutrição e a adequação cultural dos sistemas alimentares nacionais, implícitos no respeito ao direito humano à alimentação adequada (REIS, 2009, p. 67).

Maluf (2007) ressalta a necessidade de considerar a soberania como parte essencial da questão, ao indicar que “a SAN é um objetivo que expressa um direito que concerne a toda a população, tem natureza estratégica e deve ser buscado de forma permanente com base no exercício de políticas soberanas” (MALUF, 2007, p. 23), as quais estão relacionadas às estratégias de desenvolvimento dos países.

De acordo com Reis (2009), o conceito tem o desafio de incorporar as questões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais nos seus horizontes de análise, especialmente, com o objetivo de permitir o acesso aos alimentos de forma digna e regular tanto para a geração presente quanto para as futuras. Entretanto, a abordagem da SAN ainda não desenvolveu um arcabouço teórico-metodológico que meça, de fato, a situação da SAN em suas múltiplas dimensões. Os diferentes instrumentos que têm sido adotados, como a Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA) (FAO, 2012b), usada na Costa Rica, ou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (KEPPLE, CORRÊA, 2011), aplicada no Brasil, estão direcionados a mensurar o acesso e referem-se, prioritariamente, a uma análise da dimensão econômica, não permitindo uma análise multidimensional da SAN em suas múltiplas escalas.

As escalas de interação incluídas na SAN abarcam desde os níveis mais abrangentes, como o internacional, o nacional e o estadual, até os níveis regional, comunitário, familiar e individual. De

acordo com Buarque (2008), a sustentabilidade entre as dimensões econômica, ambiental e social é balizada pelos padrões de interação. Entre a dimensão ambiental e a econômica, encontra-se o padrão tecnológico, que pode variar desde sistemas produtivos autônomos até aqueles com maior nível de dependência. Da interação entre a dimensão econômica e social, decorrem os padrões de distribuição de renda tendendo à equidade ou à concentração; entre a dimensão social e ambiental, estão os padrões de consumo tendendo à diversificação ou à homogeneização. Acrescem-se a esses os padrões de saúde decorrentes da interação entre as dimensões social e nutricional e os padrões de diversificação alimentar decorrentes da interação entre as dimensões cultural e ambiental. Oriundos da interação multidimensional entre as dimensões ética, política, econômica e social, estão os padrões de democracia, tendendo da concentração do poder aos processos de participação.

Essa complexidade de interações é intrínseca à concepção multidimensional expressa no conceito de SAN pautado em uma abordagem interdisciplinar e sistêmica. Entretanto, devido ao fato de ser no nível do indivíduo que as trocas de energia acontecem, uma abordagem que compreenda os processos de INSAN em

espaços rurais, que são os mais vulneráveis, em países latino-americanos, faz-se necessária.

A integração entre os pilares e a multidimensionalidade da SAN está expressa na Figura 2. Percebe-se que os pilares dialogam com as dimensões, mas a abordagem sistêmica permite níveis de compreensão mais profundos e complexos entre as interações no campo científico da SAN. De acordo com Maluf e Reis (2013b), a abordagem sistêmica apresenta um instrumental analítico que permite apreender as questões envolvidas na SAN, pois tal abordagem possibilita a observação da complexidade de interações e relações entre os humanos, a biodiversidade, a forma como se dá o fluxo energético e a estruturação ao longo da cadeia alimentar. Para esses mesmos autores:

O enfoque sistêmico que considera as complexidades biológicas, econômicas e sociais torna mais evidente os papéis da questão alimentar e nutricional dentro dos processos humanos e, desse modo, traz também à tona a importância do tema alimentar como detonador de dinâmicas transformadoras (MALUF; REIS, 2013b, p. 49).

Entretanto, a abordagem multidisciplinar dos pilares contribui para o objetivo de fornecer precisão às mensurações. O nível da família e do ser humano é o ponto de chegada da SAN; por isso, apesar dos vários níveis de análise da

SAN, é nesse último que se concretiza sua existência, tendo em vista, sobretudo, que é o lar o espaço mais imediato das pessoas. Os demais níveis constituem o contexto que poderia favorecer ou desfavorecer seu alcance. Segundo Figueroa (2005), para avaliar a SAN, utiliza-se o núcleo familiar como unidade analítica, pois, nesse espaço, vinculam-se diretamente os processos de disponibilidade, de acesso, de consumo e de utilização biológica dos alimentos.

Para Figueroa (2003), a SAN familiar é entendida como a capacidade das famílias de obter, seja produzindo ou comprando, os alimentos suficientes para cobrir as necessidades dietéticas de seus membros, o que se consegue quando se dispõe de alimentos material e economicamente ao alcance de todos. O problema da insegurança alimentar, para Gordillo (2004), na região latino-americana, está ligado ao acesso insuficiente aos alimentos por grande parte da população, o que influi diretamente na condição de saúde. Dessa maneira, a possibilidade de produzir os alimentos no espaço familiar adquire um papel muito importante ao prover alimentos para o autoconsumo da família, permitindo, assim, a manutenção da sua cultura alimentar.

Na escala de comunidade e famílias, os pilares unem-se às dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas,

nutricionais, ambientais e éticas. As Figuras 2a e 2b mostram como a dimensão ambiental é a base de todas as outras dimensões, pois se constitui no meio onde os seres humanos vivem e fornece serviços ecossistêmicos que são imprescindíveis à vida. Contudo, cada ecossistema tem uma determinada estrutura, um modelo de funcionamento e um limite para sua apropriação. Nessa dimensão, estão incluídos os fatores bióticos e abióticos que compõem o meio no qual a vida se manifesta, permitindo a estruturação da cadeia alimentar em que o fluxo energético e de matéria circula (ODUM, 1988). Como sinônimo dos fatores abióticos, destaca-se a biodiversidade em suas múltiplas dimensões, que, manejada pelo homem, resulta na agrobiodiversidade.

Na dimensão ambiental, estão estabelecidas relações com os quatro pilares da SAN, mais centralmente com o pilar da disponibilidade. A dimensão ambiental, por prover todo o aporte dos fatores para a produção de alimentos, é imprescindível para o fornecimento de alimentos à população. O pilar acesso também tem relação com a dimensão ambiental, pois, para que o acesso seja possível, independentemente da forma de acesso – físico ou pelo mercado –, é necessário que o alimento esteja sendo produzido pelos ecossistemas ou pela agricultura e

disponibilizado. O consumo também está relacionado à dimensão ambiental, pois esse pilar está relacionado à forma como o alimento é preparado, considerando-se, ou não, questões culturais regionais. Portanto, a relação estabelecida com a dimensão ambiental refere-se ao fato de que a presença de ecossistemas locais/regionais e de espécies nativas, nos sistemas agrícolas, condicionará a diversidade da cadeia alimentar e, portanto, a disponibilidade de alimentos provenientes dos ecossistemas locais/regionais.

Essa diversidade, manejada por diversas gerações, produz variedades e conserva o patrimônio genético *in situ*, expressando a agrobiodiversidade. No que diz respeito à relação da dimensão ambiental com a utilização biológica, essa se dá no sentido de que as características que apresentam os alimentos, que estão associadas com a forma como ele foi produzido, poderiam alterar, ou não, o uso que o ser humano faz do alimento, mas também se refere às características da água e das condições ambientais em que esses alimentos são preparados e comidos. Dessa maneira, a dimensão ambiental diz respeito às práticas de produção e consumo com os recursos disponíveis, permitindo a coexistência entre as populações e os ecossistemas. Os indicadores propostos para essa dimensão (Figura 2c) são:

práticas produtivas e de consumo realizadas nas unidades familiares ou na comunidade, a racionalidade que orienta essas práticas e a agrobiodiversidade presente nesses espaços.

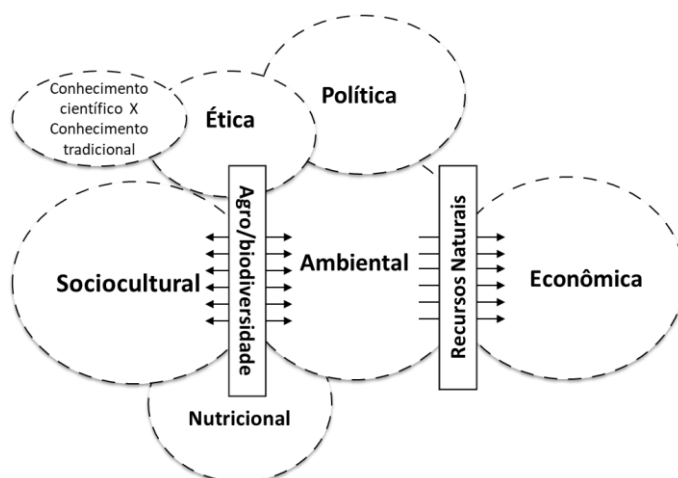
A sustentabilidade do uso dos ecossistemas depende da interação da dimensão ambiental com as outras dimensões. Por um lado, a dimensão econômica parte da racionalidade que orienta o uso desses recursos naturais para acompanhar os processos de desenvolvimento por meio do aproveitamento de recursos a partir do manejo ecológico e energético ineficiente. Esse tipo de uso tem gerado processos de desequilíbrio, tornando os recursos mais vulneráveis tanto aos distúrbios naturais quanto àqueles realizados pelo homem (RUSCHEINSKY, 2004). Esse processo guiou-se pela visão mecanicista da abordagem cartesiana, que permitiu a concentração de fluxos econômicos em poucas mãos por meio da extração das riquezas naturais locais (LEFF, 2012), gerando destruição ecológica, degradação ambiental e uma série de consequências sociais negativas que transformaram a vida no espaço rural e que limitaram o acesso a esses serviços ambientais por parte das populações.

Essa dimensão tem uma relação muito forte com o pilar acesso da SAN,

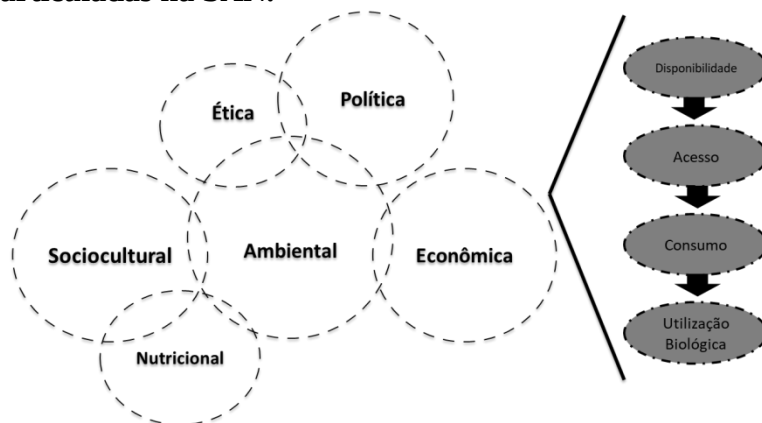
principalmente, em comunidades rurais nas quais há um forte componente sociocultural. Entretanto, para a população urbana, esse pilar está associado, quase que exclusivamente, à dimensão econômica. Portanto, há um gradiente entre as sobreposições das dimensões sociocultural e econômica em relação a esse pilar. A dimensão econômica e o pilar consumo estão associados à renda proveniente das práticas produtivas realizadas pela família, sejam elas resultantes dos processos produtivos e/ou sobre a eficiência no uso das energias por esses sistemas (*input* energético). Propõe-se, então, que essa dimensão econômica esteja associada à

rentabilidade das práticas produtivas realizadas pela família, considerando, para isso, não só sua utilidade econômica, mas também a capacidade de eficiência desses sistemas em relação ao uso de energias. Além disso, nessa dimensão, deve-se analisar o acesso aos recursos tanto para produzir seus próprios alimentos quanto para adquirir do mercado aqueles que precisam para alcançar uma vida digna. Como se mostra na Figura 2c, propõem-se os seguintes indicadores: renda total, renda monetária mensal, renda não monetária, características da propriedade, autoconsumo, compra de alimentos e percepções sobre o acesso alimentar.

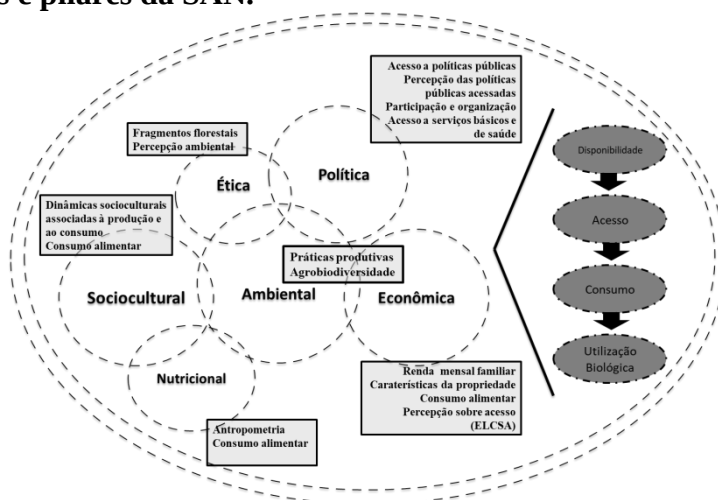
Figura 2. Proposta analítica para integração entre as abordagens multidisciplinares e interdisciplinares da SAN adotadas pela Costa Rica e pelo Brasil: pilares, multidimensões e indicadores.



2a. Dimensões articuladas na SAN.



2b. Dimensões e pilares da SAN.



2c. Dimensões, pilares e variáveis da SAN.

Fonte: Adaptadas pelas autoras a partir de Rodríguez (2017).

As variáveis propostas pretendem definir o poder aquisitivo das famílias para acessar os alimentos dos quais precisam para satisfazer suas necessidades básicas. A alimentação é uma delas, mas também se deve considerar que há outras necessidades básicas que precisam ser satisfeitas, e é por essa razão que se estima o valor monetário destinado à compra dos alimentos. Foram selecionados esses indicadores a partir da consideração de que permitem estimar o nível de limitações que as famílias possam ter para a realização de sua SAN. Considerando-se a importância de recursos como terra e água para a realização da SAN no espaço rural, foram definidas como variáveis as seguintes características da propriedade como tamanho, distribuição, usos e acesso a água e a outros recursos. Além disso, propõe-se como variável a percepção do acesso alimentar, utilizando, para isso, a ELCSA, um instrumento validado por especialistas em vários países da América Latina (NORD; MELGAR-QUIÑONEZ; PÉREZ-ESCAMILLA, 2007, FAO, 2012b). Essa variável permite medir a vulnerabilidade familiar à insegurança alimentar por falta de recursos econômicos para o acesso a alimentos.

Por outro lado, os diversos recursos naturais também são utilizados com objetivos sociais e culturais para satisfazer a uma série de necessidades das

comunidades locais. Entre essas necessidades, estão: moradia, festividades, religiosidade, saúde e alimentação. Esse uso dos ecossistemas por parte das populações locais está relacionado à sua agrobiodiversidade, mas o uso dessas populações também permite, por sua vez, a conservação dessa biodiversidade, considerando-se que os processos associados à sua utilização geram menos distúrbios, o que permite sua manutenção (AMOROZO, 1996; 2013). Além disso, o uso dos recursos naturais das comunidades locais permite a desconcentração dos fluxos econômicos, beneficiando diferentes pessoas no espaço local e possibilitando, dessa forma, a manutenção das práticas culturais locais e o reforço de sua identidade com o espaço rural.

A dimensão cultural está associada a todos os pilares da SAN, pois as formas de acesso aos alimentos ocorrem a partir da coleta, do plantio e das trocas ou pela via do mercado, estando relacionadas a história, etnia, costumes, tradições e a hábitos alimentares, conformando a cultura local – portanto, o que se produz e o que se come está mediado pela cultura. Os processos culturais, os conhecimentos, as práticas e as inovações agrícolas desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores são um componente-chave da agrobiodiversidade e refletem em suas dinâmicas e complexas

relações (SANTILLI, 2009; PERONI; BEGOSSI; HANAZAKI, 2008). Segundo Diegues (2000), a agrobiodiversidade é um produto resultante da ação das sociedades e culturas humanas sobre o ambiente e, portanto, é uma construção cultural e social. Dessa maneira, a dimensão cultural permite entender as interações que ocorrem nos agroecossistemas, pois o manejo agrícola interfere diretamente na composição desses sistemas (PINTO, 2014).

Em correspondência, procura-se identificar aquelas práticas associadas com a alimentação e a produção que permitam a continuidade de suas tradições. Propõe-se como variáveis dessa dimensão as seguintes: as dinâmicas socioculturais associadas à produção e ao consumo de alimentos e a percepção sobre a procedência dos alimentos consumidos na família (Figura 2c). Considera-se, nessa definição, que as práticas que são realizadas pelas pessoas ou pelas famílias respondem à cultura na qual estão inseridas e, no caso de famílias agricultoras, como sucede no espaço rural, há uma relação direta entre cultura, práticas de produção e de consumo (BRANDÃO, 1981; GARCIA JR, 1989; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Portanto, para conhecer sua realidade, é necessário partir da compreensão cultural de suas práticas. Além disso, a valoração dos alimentos consumidos é de grande

relevância no entendimento de suas práticas alimentares, que estão modeladas pelo contexto no qual estão inseridas.

Os recursos naturais são a base para uma adequada nutrição. Eles proporcionam alimentos e os meios que satisfaçam as necessidades nutricionais dos seres vivos e, dessa forma, possibilitam sua sobrevivência e sua reprodução. Os alimentos dos ecossistemas nativos e os cultivados são de alto valor nutritivo e de grande importância às comunidades rurais, principalmente, em períodos de escassez (VICENTI *et al.*, 2013). Contudo, também o acesso aos recursos naturais possibilita a produção dos alimentos. Segundo Redin (2017, p. 43):

É no contexto da dimensão nutricional que sistemas agrícolas biodiversos permitem uma diversificação alimentar que tende a garantir o aporte de nutrientes (carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas, minerais e outros microelementos) necessários à boa nutrição, que vai refletir na condição de saúde dos indivíduos. Além disso, a promoção e manutenção da agrobiodiversidade são essenciais à SAN pelas questões ambientais, mas principalmente pela sua importância na saúde do sistema agroecológico como um todo, pelas questões culturais de valorização e manutenção das práticas que permeiam as relações entre os indivíduos e o ambiente, mas também, e não menos importante, pelo papel na promoção da qualidade dos alimentos.

A utilização dos recursos naturais e a produção de alimentos estão ainda associadas às dimensões cultural e social.

Os alimentos são consumidos e utilizados pelos humanos em função de características socioambientais que os envolvem. Os costumes, as formas de consumo e os hábitos têm consequências no estado nutricional e nas condições de saúde. Por essa razão, tal dimensão se mostra separada da dimensão sociocultural, mas próxima a ela (Figura 2b). A dimensão nutricional procura identificar se as práticas alimentares resultantes do modelo de desenvolvimento local favorecem um estado nutricional adequado aos membros da família. Dessa maneira, identificar o estado nutricional de cada integrante da família, a partir de suas práticas de consumo e de medições antropométricas, permite avaliar o impacto das diversas estratégias (WARDLAW, HAMPL, DISILVESTRO, 2006). Como se mostra na Figura 2c, propõem-se os seguintes indicadores: antropometria (peso e estatura) e análise do consumo alimentar familiar (adequação nutricional, aporte do autoconsumo à dieta).

Na Figura 2b, a utilização dos recursos naturais está próximo à dimensão política, pois é necessário um processo de mediação que permita o acesso aos recursos ambientais para assegurar o direito a uma alimentação adequada. Essa dimensão relaciona-se às estratégias que permitem a mediação para alcançar a SAN, sendo necessário identificar as políticas e ações

que são realizadas pelas diversas instituições com as famílias e na comunidade no intuito de gerar processos produtivos e de consumo sustentáveis e favoráveis à situação alimentar e nutricional delas. No entanto, também é relevante indagar sobre as dinâmicas que reduzem a exclusão social e que promovem uma maior equidade na sociedade para que se tenha uma vida digna. Além disso, essa dimensão refere-se à possibilidade de participação das pessoas nos processos de desenvolvimento locais, sendo consideradas suas necessidades e práticas. São propostos os seguintes indicadores para essa dimensão: acesso a políticas públicas, percepção das políticas públicas acessadas, participação e organização e acesso a serviços básicos (Figura 2c).

A dimensão ética, relativa à realização da SAN e à conservação da agrobiodiversidade, está relacionada à qualidade alimentar buscando amparo na problemática ambiental, de saúde humana e de justiça social. Dentro desse enfoque, o próprio conceito de alimento saudável e de qualidade alimentar supera as premissas de alimento com valor nutricional quantitativamente equilibrado, na medida em que incorpora dimensões socioambientais e sofre a influência das diretrizes das políticas de SAN e da discussão sobre sustentabilidade na nutrição

(SOUSA et al., 2015). Partindo das diretrizes do direito humano à alimentação adequada como um dos conceitos indissociáveis da realização da SAN, apreende-se que a dimensão ética está relacionada ao reconhecimento de todo ser humano a uma alimentação nutricional, cultural e ambientalmente adequada, ao mesmo tempo que permita a existência dos outros seres vivos em seus ecossistemas nativos.

Sugere-se, nessa dimensão, identificar as percepções das pessoas mediadoras dos diversos processos produtivos nos quais as famílias da comunidade estão vinculadas para identificar essa racionalidade. Os indicadores propostos são: fragmentos florestais na propriedade e percepção ambiental (Figura 2c). Embora a dimensão econômica possa ser visualizada nos níveis familiar e comunitário e estar associada ao pilar acesso aos alimentos pelas comunidades, assim como a dimensão política, está associada a níveis mais amplos de governança dos poderes governamentais. Esses níveis têm a competência de influenciar políticas públicas, contribuindo de forma mais (ou menos) efetiva na realização da SAN.

A análise da SAN no nível familiar parte da análise dos indicadores propostos para cada dimensão articulada aos pilares,

contribuindo, assim, para o entendimento da segurança alimentar no nível comunitário. As escalas e as dimensões interferem entre si devido à sua causalidade circular e à interconexão, sendo importante o monitoramento ao longo do tempo para que se estabeleça um arcabouço teórico e metodológico que contribua para o avanço da compreensão desses processos nos países latino-americanos.

6. CONCLUSÕES

A abordagem analítica multidimensional da SAN para os níveis comunitário e familiar desenvolveu-se no bojo da relação de cooperação entre universidades da Costa Rica e do Brasil. Analisando a evolução da multidimensionalidade do conceito e tomando por base o histórico da questão da SAN em ambos os países, percebe-se que a Costa Rica adota um conceito que reconhece pilares de sustentação da SAN com base em campos do conhecimento disciplinares; já o Brasil avançou para um conceito multidimensional com base na teoria sistêmica. Essas diferenças permitiram a construção de uma abordagem teórico-metodológica para os níveis comunitário e familiar que considera os pilares e sua articulação às dimensões, permitindo uma compreensão profunda desses níveis em que a SAN acontece.

O Brasil construiu a questão da SAN, em sua sociedade, por meio de uma concepção multidimensional que pauta a intersectorialidade das políticas públicas, bem como a incorporação do enfoque sistêmico em sua abordagem conceitual. Esta concepção parte da necessidade de fazer cumprir o direito humano à alimentação, considerando

tanto as questões associadas à disponibilidade quanto ao acesso permanente de alimentos que permitam uma adequada saúde. Reforça-se, nessa concepção, a necessidade de que essa alimentação deva respeitar a diversidade cultural e, além disso, seja sustentável ambiental, cultural, econômica e socialmente. Dessa maneira, a construção da questão da SAN no Brasil engloba múltiplas dimensões associadas às do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem é resultado de um processo de vinculação acadêmica, institucional e organizacional.

Ainda que se tenha tido um grande avanço na construção conceitual da SAN no nível internacional, a discussão sobre soberania alimentar não tem recebido centralidade nem mesmo pela FAO. Na Costa Rica, a questão da SAN não conquistou o reconhecimento do direito humano à alimentação adequada e/ou da SAN associada à soberania alimentar.

Nesse contexto, a construção de um arcabouço teórico-metodológico para os estudos no campo interdisciplinar da SAN nos níveis comunitário e familiar contribui para a consolidação de pesquisas com essa

abordagem nos países latino-americanos Costa Rica e Brasil. Além disso, a produção de conhecimento nessa temática auxilia a delimitação de um campo de conhecimento interdisciplinar na interface entre os campos sociais, econômicos, ecológicos e nutricionais.

O campo científico da SAN vem crescendo em ambos os países, sendo potencializado pelo intercâmbio de pesquisas entre universidades públicas. Ao mesmo tempo, a consolidação da SAN no campo científico embasa essa questão na agenda política dos países, pautando movimentos sociais e

contribuindo para o tensionamento dos processos democráticos de decisão dos povos sobre sua autonomia na produção e no consumo, características intrínsecas da soberania alimentar.

Agradecimentos

As autoras agradecem à Universidade de Costa Rica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por permitirem espaços de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas que fortalecem a abordagem da SAN, à CAPES e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideología do progreso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). **Reconstruindo a Agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 3. ed. p. 33-55.

AMOROZO, M. **Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antonio do Leverger, Mato Grosso, Brasil**. 1996. 272 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Sistemas agrícolas de pequena escala e a manutenção da agrobiodiversidade - uma revisão e contribuições**. Rio Claro, SP: Edição do autor; Botucatu: FCA - UNESP, 2013. 120 p.

BELIK, W. A Política Brasileira de SAN: concepção e resultados. **SAN**, Campinas, v. 19, n. 2, p 94-110, 2012.

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1975. 351 p.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 64, de 04 de fevereiro de 2010 que altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 04 fev. 2010, Seção 1, p. 1. BRASIL. Lei Orgânica de SAN No. 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 set., 2006. Seção 1, p. 1.

BRANDÃO, C. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, Â. Agricultura e Políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEISKY, Aloísio. (org.) **Sustentabilidade uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 62-78.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008. 4. ed. 177 p.

BURLANDY, L.; MATTOS, R. A construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e suas potencialidades para a consolidação de uma cultura de direitos. In: SCHNEIDER, Olivia (Org.). **Segurança alimentar e nutricional: tecendo a rede de saberes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: De Petrus el Alii, 2012. p. 21-42.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In: RUCHEINSKY, Aloísio (Org.) **Sustentabilidade uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina. 2004. p. 46-61.

CISAN. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DR: Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. 2011. 132 p.

CISAN. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019. Brasília, DR: Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. 2017. 73 p.

Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. **En buenos términos con la terminología: seguridad alimentaria, seguridad nutricional, seguridad alimentaria y nutrición y seguridad alimentaria y nutricional**. Roma: FAO,

2012a. Disponível em: <[http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/es/CSCC-30-05-2012/MD776S\(CFS_Coming_to_terms_with_Terminology\)01.pdf](http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/es/CSCC-30-05-2012/MD776S(CFS_Coming_to_terms_with_Terminology)01.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONTI, I. Segurança alimentar e nutricional: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009. 98 p.

COSTABEBER, J.A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 4, p. 50-60. 2000.

COSTA RICA. Decreto N° 31714, de 30 de marzo de 2004. Reglamento de Organización y Funcionamiento de la Secretaría de Política Nacional de Alimentación y Nutrición,. La Gaceta N° 63. República de Costa Rica, San José, 30 de mar. 2004.

DIEGUES, A. (Org). **Os saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Editora USP. São Paulo, 2000. 211 p.

ESTADO DE LA NACIÓN. **Vigésimo Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible**. San José, Costa Rica: Estado de la Nación. 2014. Disponível em: <http://estadonacion.or.cr/files/biblioteca_virtual/021/ambiente/Chacon_Araya_Seguridad_alimentaria.pdf>. Acesso em: nov, 2015.

FIGUEROA, D. Seguridad Alimentaria y Nutricional. **Revista Salud Pública y Nutrición**, v. 4, n. 2, abr-jun. 2003. Disponível em: <http://www.respyn.uanl.mx/iv/2/ensayos/seguridad_alimentaria.htm>. Acesso em: 12 de mai. 2014.

_____ Medición de la Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Revista de Salud Pública y Nutrición, v. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.respyn.uanl.mx/vi/2/ensayos/MedicionSAyN.htm>>. Acesso em: 12 de mai. 2014.

FAO. **Declaration on World Food Security: Word Food Summit Plan of Action**. Rome, Italy: FAO, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.HTM>. Acesso em: 14 de fev, 2014.

FAO. Informe de políticas: Seguridad Alimentaria. Número 2. Roma: FAO. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/es/ESA/policybriefs/p_b_02_es.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2014.

FAO. **Escala Latinoamericana y Caribeña De Seguridad Alimentaria (ELCSA)**: Manual de uso y aplicaciones. Roma: FAO, 2012b. 85 p.

FAO, BIODIVERSITY INTERNATIONAL. **Sustainable diets and biodiversity: Directions and solutions for policy, research and action**. Rome, Italy. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i3004e/i3004e.pdf>>. Acesso em: 25 de set, 2014.

FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaración final**. Havana, Cuba, set. 2001. Disponível em: <<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cuba.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. 2014.

GARCIA Jr, A. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB/ CNPq, 1989. 285 p.

GORDILLO, G. Seguridad Alimentaria y Agricultura Familiar. **Revista de la CEPAL**, n. 83, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgibin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/0/19420/P19420.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 25 de jan. 2014.

GUSSOW, J. D., CLANCY, K. L. Dietary guidelines for sustainability. **Journal of Nutrition Education**, v. 18, n.1. 1986. p. 1-5. doi:10.1016/S0022-3182(86)80255-2

KEPPLE, A; CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

INCAP. **La iniciativa de seguridad alimentaria nutricional en Centro América**. Guatemala, INCAP, 1999. 2 ed. 34 p.

INCAP, SEPAN. **Construyendo lazos solidarios para la nutrición y la Salud en la Comunidad**: Consejos Cantonales de Seguridad Alimentaria y Nutricional. San José, Costa Rica: INCAP-SEPAN, 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2015**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: Brasil, 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: Brasil, 2016. 141p.

INEC. **X Censo Nacional de Población y VI de Vivienda 2011**. San José, Costa Rica: INEC. 2013. Disponível em: <<http://www.inec.go.cr/anda4/index.php/catalog/113>>. Acesso em: 14 de jun. 2014.

INEC. **Encuesta Nacional de Hogares 2014**. San José, Costa Rica: INEC, 2014.

KEPPLE, A.; CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. Food policy: integrating health, environment and society. UK: Oxford University Press. 2009. 313 p.

LEÃO, M., MALUF, R.S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012. 72 p.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 343 p.

MALUF, R. O novo contexto internacional da segurança alimentar. In: BELIK, W., MALUF, R.S. (Org.). **Abastecimento segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: UNICAMP/REDCAPA, 2000. p. 37-63.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno Segurança Alimentar**. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001. Disponível em: <<http://www.coepbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=ba0b1dcd-dc61-4e34-8993-b26a7af43a06>>. Acesso em 14 de abril de 2013.

MALUF, R.; REIS, M.C. Conceitos e princípios da segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C., BURLANDY, L., MAGALHÃES, R. (Orgs). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013a. p. 15-42.

MALUF, R.; REIS, M.C. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. Em: ROCHA, C., BURLANDY, L., MAGALHÃES, R. (Orgs). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013b. p. 15-42.

MARTINS, S. Agricultura, Ambiente e Sustentabilidade, seus limites para a América Latina. Pelotas: Editora UFP, 2008. 372 p.

MAXWELL, S.; SMITH, M. Household food security: A conceptual review. In: MAXWELL, S. & Frankenberger, T. (Eds.) **Household food security: Concepts, indicators, measurements**. Rome, Italy: International Fund for Agricultural Development. 1992. pp. 1-72. Disponível em: <http://www.ifad.org/hfs/tools/hfs/hfspub/hfs_1.pdf>. Acesso 30 de nov. 2014.

MINISTERIO DE SALUD. **Modelo Conceptual y Estratégico de la Rectoría de la Producción Social de la Salud**. Ministerio de Salud 2008. 147 p.

MINISTERIO DE SALUD. **Política Nacional para la Seguridad Alimentaria y Nutricional 2011-2021**. 1ª ed. San José, Costa Rica: Ministerio de Salud, 2011. 75 p.

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiente ao social, do social ao económico. **Estudos**

Avançados, São Paulo, n. 26, v. 74, p. 51-64, 2012.

NORD, M.; MELGAR-QUINONEZ, H.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Desarrollando métodos estandarizados para medir la inseguridad alimentaria del hogar en América Latina y el Caribe. **Perspectivas en Nutrición Humana**, Medellín, Colombia, Sup., p. 135-48, 2007.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1988. 434 p.

OPS, INCAP. **Seguridad Alimentaria y Nutricional a nivel local: Una estrategia para el desarrollo**, 2001. 26 p.

PERONI, N.; BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N. Artisanal fishers' ethnobotany: from plant diversity use. **Environ Dev Sustain**, n. 10, p. 623–637, 2008. PNUD. Indicadores internacionales sobre desarrollo humano, 2014. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/es/cuadros/>>. Acesso em 12 jun. 2016.

PINTO, M. **Caminhos da agrobiodiversidade: redes de troca de sementes em sistemas agroecológicos na Serra Catarinense, Alto Vale do Rio Tijucas, Santa Catarina**. 2014. 228 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PROSPERI, P. et al. Sustainability and Food & Nutrition Security: A Vulnerability Assessment Framework for the Mediterranean Region. **SAGE Open**. Apr-Jun. Pp 1–15, 2014.

REDIN, C. **Agrobiodiversidade e o seu papel na articulação entre as dimensões da segurança alimentar e nutricional: o programa nacional de**

alimentação escolar e o município de São Marcos no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. 2017. 148 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

REIS, M. Desenvolvimento sustentável, territorialidade e SAN. In: DUBIELA, A.K. (Org.), KAMINSKI, R. (Coord.). **Segurança alimentar e nutricional: teoria e prática. A experiencia da VIDA Brasil**. Fortaleza, Gráfica LCR, p. 61-78, 2009.

RODRÍGUEZ, S.; PEREIRA, V.; COELHO-DE-SOUZA, G. A gestão compartilhada como estratégia para a construção da segurança alimentar e nutricional: os casos de Costa Rica e Brasil. **Revista IDEAS**, v. 8, nº. 2, jul-dez, 204.

RODRÍGUEZ, S. **Dimensões da segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras del municipio de Coto Brus, Região Brunca, Costa Rica**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural 2017. 332 f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RUSCHEINSKY, A. **No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre, Sulina, 2004. p. 15-33.

SACHS, I. Ecodesarrollo: Concepto, aplicación, implicaciones. **Comércio Exterior**, v. 30, n. 7. p. 718-725, 1980.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986. 207 p.

- SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. 2009. 410 f. Tese (Doutorado) Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- SEN, A. **Poverty and Famines: An essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981. 257 p.
- SEPAN. **Política Nacional de Alimentación y Nutrición 2006-2010**. San José, Costa Rica: Ministerio de Salud, 2006. 34 p.
- SEPSA. **Secretaria Ejecutiva de Planificación Sectorial Agropecuaria**. 2008. Disponível em: <<http://www.infoagro.go.cr/documentos/pdf/PNA.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- SEVILLA, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.(Orgs.). **Reconstruindo a Agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 19-32, 2009.
- SIMON, G. **Food security: Definition, four dimensions, history**. FAO. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/template_s/ERP/uni/F4D.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- SOUSA, A. et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, mar./abr. 2015.
- SWAMINATHAN, M. Third world lecture 1983: Agricultural progress—Key to third world prosperity. **Third World Quarterly**, 5, 553-566, 1983. doi:10.1080/01436598308419711
- UNITED NATIONS. **Development and international economic co-operation: Environment**. General Assembly United Nations, 96th plenary meeting, 1987.
- VENDRAMINI, A.L., OLIVEIRA, J.C., CAMPI, M.A. Segurança alimentar: conceito, parâmetros e história. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Niterói, 2012. **Anais**. Niterói RJ: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.
- VINCENTI, B. et al. The contributions of forest foods to sustainable diets. **Unasylva** 241, v. 64, 2013.
- VIVERO, J.L., RAMÍREZ, P. Leyes, políticas e instituciones contra el hambre en el contexto latinoamericano. In: Vivero, J.L., Erazo, X. (Eds). **Derecho a la Alimentación, Políticas Públicas e Instituciones contra el Hambre**. Serie Políticas Públicas n°3, Santiago, LOM Editores, 2009. p. 123-171.
- WARDLAW, G., HAMPL, J., DISILVESTRO, R. Perspectivas en Nutrición. 6° ed. México D.F., México: Editorial McGraw Hill, 2006. p. 530.
- WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura composesa**. Brasília: UNB, 1997. 192 p.